

Celso Furtado e Darcy Ribeiro em perspectiva comparada: um diagnóstico sobre o subdesenvolvimento

Celso Furtado and Darcy Ribeiro in comparative perspective: a diagnosis on the underdevelopment

Celso Furtado y Darcy Ribeiro en perspectiva comparada: un diagnóstico del subdesarrollo

Rafael Gomes Nogueira Pereira'
Orcid: 0000-0003-4722-0425

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar, em perspectiva comparada, o pensamento de Celso Furtado e de Darcy Ribeiro a partir do papel que o progresso tecnológico desempenhou em suas teorias acerca do subdesenvolvimento latino-americano. Para isso, consideramos, por parte do primeiro autor, as obras *Formação Econômica do Brasil* e *Um projeto para o Brasil*, e, no caso do segundo, *O Povo Brasileiro* e *O Processo Civilizatório*. Tal escolha se justifica por ser nestes respectivos textos que acreditamos ser possível localizar de forma mais precisa o papel da tecnologia no desenvolvimento societário.

Palavras-Chave: Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Tecnologia.

Abstract

This paper aims to analyze, in a comparative perspective, the thoughts of Celso Furtado and Darcy Ribeiro, based on the role played by technological progress in their theories on Latin American underdevelopment. To this end, we considered the works *Formação Econômica do Brasil* and *Um projeto para o Brasil*, written by Furtado, and Ribeiro's *O Povo Brasileiro* and *O Processo Civilizatório*. These are the texts where we believe it is possible to identify more precisely the role of technology in societal development for both authors.

Keywords: Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Technology

Resumen

Este texto tiene como objetivo analizar, en una perspectiva comparada, el pensamiento de Celso Furtado y Darcy Ribeiro a partir del papel que jugó el progreso tecnológico en sus teorías sobre el subdesarrollo latinoamericano. Para ello, consideramos, por parte del primer autor, las obras *Formação Econômica do Brasil* y *Um Projeto para o Brasil*, y, en el caso del segundo autor, *O Povo Brasileiro* y *O Processo Civilizatório*. Esto se debe a que es en estos respectivos textos que creemos que es posible ubicar con mayor precisión el papel de la tecnología en el desarrollo de la sociedad.

Resumen: Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Tecnología

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e bolsista CNPq. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Pensamento Social Latino-americano do Diretório do CNPq, integrando a linha "Pensamento e Teoria Social". E-mail: rafaelgnp@gmail.com. Agradecemos aos pareceristas pelos valiosos comentários que auxiliaram no desenvolvimento da argumentação apresentada.

1. Introdução

O presente ensaio tem por objetivo estabelecer uma comparação entre as análises de Darcy Ribeiro e de Celso Furtado a partir da função desempenhada pelo progresso tecnológico no diagnóstico do subdesenvolvimento. Para tanto, serão consideradas as sínteses explicativas de ambos os autores sobre o atraso econômico latino-americano partindo do cenário das navegações ultramarinas europeias e do processo de colonização ibérica. Assim, retomaremos a narrativa de Furtado e Ribeiro acerca da chegada dos europeus e as consequências que ela desencadeou no desenvolvimento econômico devido às limitações no campo tecnológico desencadeadas pelo choque entre distintas formas sociais no decorrer do século XVI.

De início, recorreremos às seguintes obras: *Formação Econômica do Brasil* (2003) e *A Fantasia Organizada* (1985), de Furtado. Por sua vez, *O Povo Brasileiro* (2015) e *O Processo Civilizatório* (2000), de Ribeiro. Comparativamente, intentamos analisar como o fator tecnológico influenciou decisivamente a explicação de ambos sobre o quadro de formação do atraso econômico brasileiro e latino-americano. No caso do economista, analisaremos como a colonização ibérica retardou o acúmulo primitivo de capital e toda transformação nas bases produtivas e nas relações sociais de produção, condicionando a formação de um Brasil marcado pelo sentido exógeno de sua existência. No caso do antropólogo, concentraremos nossa análise na ideia de Revolução Tecnológica articulada com o processo de Atualização

Histórica como elemento explicativo da formação brasileira e latino-americana.

Em relação à estrutura, este ensaio foi dividido em três partes principais. Na primeira seção, nos concentramos no pensamento de Furtado a partir das duas obras supracitadas. De início, localizaremos seu quadro explicativo sobre a colonização ibérica e as travas desenvolvidas por essa causalidade histórica ao longo dos séculos. Veremos que, a partir da Revolução Industrial, o sentido exógeno da colonização serviu como limitação no acúmulo de capital e no avanço das bases produtivas.

Já na segunda parte, exploraremos a perspectiva de Darcy Ribeiro a partir da concepção de Revolução Tecnológica e seus desdobramentos na formação da brasilidade e da América Latina, e suas consequências para nosso atraso econômico e social.

Já na última parte deste texto, como forma de conclusão, propomos uma breve comparação com o intuito de estipular linhas convergentes entre ambos os autores a partir da concepção de progresso tecnológico. De antemão, informamos ao leitor que nosso ensaio se concentrou em um recorte bem delimitado dos autores apresentados. Isso, pois, para além dos limites espaciais do texto, a complexidade do pensamento de ambos nos impossibilitou, por vezes, de tratarmos pontos específicos de uma forma mais detalhada e que apreendesse o real movimento do pensamento de Furtado e de Ribeiro.

Além disso, os conceitos e as categorias apresentados foram retirados diretamente das fontes aqui levantadas e mantidos em sua originalidade para maior precisão argumen-

tativa. Ao leitor interessado, as indicações constam na última parte do ensaio, destinada às referências bibliográficas.

2. Celso Furtado e as bases do subdesenvolvimento latino-americano

Cabe a nós observar o que Celso Furtado registrou na introdução de sua obra *Formação Econômica do Brasil*:

o presente livro pretende ser tão somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira. Ao escrevê-lo, em 1958, o autor teve em mira apresentar um texto introdutório, acessível ao leitor sem formação técnica e de interesse para pessoas - cujo número cresce dia a dia - desejosas de tomar um primeiro contato em forma ordenada com os problemas econômicos do país. (FURTADO, 2003, p. 7)

Na abertura do texto, podemos localizar o núcleo que orientou o edifício intelectual do autor: a tentativa de compreender as raízes do subdesenvolvimento brasileiro a partir da análise econômica. Apesar de ter sido a obra que marcou toda uma geração de cientistas sociais e economistas, suas bases remontam a um período mais longínquo, e já estavam presentes na ocasião em que Furtado defendeu sua tese de doutora-

mento, *L'Économie Coloniale Brésilienne*, em 1948². Aquilo que viria a compor os alicerces da obra de 1957 já estava em vias de elaboração naquele ano, ocasião em que o autor desfrutou do ambiente intelectual da Universidade de Paris e recebeu menção *très bien* sob a orientação de Maurice Byé, bem como desenvolveu seu amadurecimento intelectual a partir de sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL -, em 1949³. Ou seja, é nesse movimento histórico que vai de Paris até Santiago, no Chile, que podemos encontrar os eixos da interpretação furtadiana acerca do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, que foram se desdobrando ao longo das décadas seguintes e acabaram por serem sistematizados, ao menos em alguns de seus aspectos, na escrita de *Formação Econômica do Brasil*.

Cientes disso, analisaremos, a partir de então, como a explicação do autor sobre o subdesenvolvimento latino-americano se organizou em torno de dois pilares: primeiramente, sua concepção está diametralmente vinculada ao progresso técnico e à necessidade de avanço nas bases produtivas que acompanhassem o desenvolvimento dos modos produtivos. Em um segundo momento, sua teoria do subdesenvolvimento partia de uma perspectiva em que as estruturas social e econômica caminhavam juntas.

2 Cabe ressaltar que, no campo bibliográfico, muitos trabalhos sobre a periodização das obras de Furtado já foram produzidos. Nosso intuito neste ensaio não é considerar as variações e as modificações em seu pensamento a partir da escrita de suas obras, mas considerar o papel do progresso técnico nas formulações acerca do subdesenvolvimento. Sugerimos para o leitor interessado que recorra ao trabalho de Bruno Borja (2013) para uma análise mais detalhada da produção intelectual furtadiana.

3 As informações de caráter biográficos apresentados neste trabalho foram fundamentadas na obra de Celso Furtado (1985), *A Fantasia Organizada*. Para evitar repetições, todas as indicações a seguir sobre a trajetória intelectual do autor foram baseadas nesse texto.

A fim de iniciar o aprofundamento de nossas reflexões, tomemos as palavras do autor:

regressei a Santiago com abundante material sobre o Brasil. Fora tomado da obsessão de estudar a economia de nosso país, de deslindar as causas de seu singular atraso. Essas causas teriam de ser desentranhadas da história, das peculiaridades do processo formativo do país. Não adianta comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos “modos de produção”. Havia que abarcar a realidade complexa com a imaginação e submetê-la em seguida a tratamento analítico. (FURTADO, 1985, p. 67)

Salta aos olhos do leitor a pretensão de Furtado em compreender o atraso da realidade brasileira a partir de uma análise histórica. Como ressaltou Alexandre de Freitas Barbosa (2010, p. 150), “a capacidade de se renovar, sem olvidar das suas incursões do passado, é a característica que sobressai no Furtado de *Formação econômica do Brasil* e em toda sua obra subsequente”, pois a densa análise documental esteve sempre atrelada a uma rigorosa sistematização analítica mediada pela composição de tipos ideais⁴. De todo modo, foi a partir dessa perspectiva histórica, densamente presente em sua tese de doutoramento, que Furtado estabeleceu uma ponte entre o contexto de sua produção intelectual e o passado brasileiro.

Durante seu curso de Economia na Universidade de Sorbonne, e ao longo da

redação do livro de 1959, o Brasil enfrentou profundas transformações econômicas sob o ímpeto modernizador desencadeado desde o governo de Getúlio Vargas, mas que, de uma forma ou de outra, parecem nunca transformar a realidade brasileira por completo, sensação que se agravou com o Golpe Militar de 1964, demonstrando, mais uma vez, que o Brasil parecia estar em descompasso com o restante do mundo capitalista. Para Furtado, mesmo com o aumento da produtividade e com a industrialização de certos setores da economia, ainda existiam obstáculos que impediam o Brasil de avançar de forma regular e profunda. Mesmo com o progresso de determinados setores, mudanças estruturais no campo das relações sociais ainda permaneciam de igual modo, como se os séculos passados estivessem por penetrar o presente. Isso desencadeava o seguinte quadro:

a situação do Brasil assemelhava-se à do Chile, tanto porque estava entre os países mais duramente golpeados pela grande depressão dos anos 30, como pelo papel que vinha assumindo o Estado no processo de industrialização. Mas o excedente gerado pelo comércio exterior brasileiro era relativamente menor de mais difícil captação pelo Estado. Daí que o governo do Brasil não haja sido impelido a definir uma política clara de industrialização. (FURTADO, 1985, p. 105)

A industrialização do Brasil se deu de forma descontínua e insuficiente para estabelecer bases produtivas plenamente

4 Barbosa (2010) também chamou a atenção para a forte influência da sociologia weberiana em Celso Furtado a partir da elaboração de tipos ideais para a compreensão de fenômenos econômicos.

capitalistas. A questão para Furtado estava em desvendar quais os motivos que impediram um desenvolvimento econômico tão heterogêneo e que, por vezes, parecia não romper com estruturas econômicas de nosso passado. Eis o ponto central: por que mesmo com a onda de modernização desencadeada no cenário varguista – *vide*, por exemplo, o complexo Siderúrgico de Volta Redonda e a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (FURTADO, 1985, p. 105-106) –, ainda assim determinados aspectos arcaizantes poderiam ser identificados no campo das relações de trabalho? Como forma de responder a essa questão, assim como outrora fizera em sua tese de doutoramento, Furtado retorna a nosso passado colonial para ir em busca dos entraves do desenvolvimento e suas possíveis soluções.

Tal síntese explicativa gerou como produto intelectual a obra *Formação Econômica do Brasil*. Já na abertura do primeiro capítulo, podemos identificar que as limitações de nosso desenvolvimento estavam associadas aos distintos padrões de colonização e seus respectivos modelos econômicos. “A ocupação econômica das terras americanas constituiu um episódio da expansão comercial da Europa”, que, a começar pelas potências Ibéricas, buscaram nas novas rotas orientais e na América a expansão de seu comércio que, desde o século XI, vinha em pleno crescimento e era acompanhado de uma profunda ampliação demográfica (FURTADO, 2003, p. 14).

A apropriação das terras americanas foi sendo sistematizada ao longo do século XVI, com atenção especial a Portugal e à

sua produção açucareira ao largo das Ilhas do Atlântico. Se em um primeiro momento a colonização da América foi posta em segundo plano, a partir do ponto em que a alta lucratividade dos gêneros tropicais foi percebida, houve a corrida para o êxito da demarcação territorial. Foi a partir daí que Furtado encontrou as primeiras bases da formação brasileira, identificando no empreendimento açucareiro português o início sistemático do território que viria a ser o Brasil e o ponto inicial de um desenvolvimento econômico marcado pela exportação de produtos primários. “A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos”, ressaltou Furtado (2003, p. 16), comportando-se como um eixo comercial de fundamental importância para a acumulação de capital por parte dos lusitanos.

Podemos perceber que o ponto central estava na absorção de recursos que contribuíram para a acumulação de riquezas por parte da metrópole colonizadora, e que com o passar dos séculos transformaram-se em um empreendimento rigoroso e articulado a partir dos engenhos açucareiros no litoral nordestino. No tocante à colonização portuguesa, Furtado (2003, p. 20) ressaltou o êxito do empreendimento colonial agrícola e, como isso, contribuiu diretamente para a efetivação e a expansão da atividade portuguesa na América. Chamamos a atenção do leitor para o seguinte aspecto do argumento furtadiano: não houve, durante os séculos iniciais da colonização, processos econômicos pouco lucrativos ou débeis em sua lógica organizacional; ao contrário, “os magníficos resulta-

dos financeiros da colonização agrícola do Brasil abriram perspectivas atraentes à utilização econômica das novas terras” e os diferenciava das colônias espanholas que se concentraram na exploração de minérios preciosos (FURTADO, 2003, p. 19-20). Se assim o foi, como a alta produção de riquezas no período colonial, desaguou em uma formação nacional com baixo dinamismo econômico? Indícios de uma possível resposta, podem ser encontrados na seguinte passagem:

a unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. (FURTADO, 2003, p. 59)

O empreendimento colonial foi altamente lucrativo e capaz de se refazer sempre em direção à conservação de sua estrutura. A partir da colonização portuguesa, uma deficiência estrutural foi se desenrolando, tendo como característica principal um profundo nível de dependência da metrópole. Destarte, o padrão organizacional lusitano condicionou a evolução de um sistema comercial interno, sendo a colônia marcada por profundos desajustes e incapaz de promover a acumulação

de capital necessária para avançar aos próximos estágios da economia global.

Do ponto de vista histórico, a chegada dos ibéricos à América garantiu, por parte dos primeiros, uma abundância de recursos que foram utilizados no avanço técnico e no progresso de bases econômicas rumo aos primórdios da industrialização⁵. Em contrapartida, as colônias absorveram toda uma lógica comercial que permitiu um avanço apenas no setor de exportações, impedindo a possibilidade de acúmulo de capital e, por sua vez, impossibilitando o progresso tecnológico necessário para o avanço nos estágios do desenvolvimento econômico.

Devido à falta de capital para investimento tecnológico, a mundialização da economia, promovida pelo avanço colonizador no século XVI, constituiu um quadro global de desigualdades alarmantes no avanço técnico e, por consequência, estabeleceu uma divisão do trabalho sistematizada em torno da promoção do desenvolvimento tecnológico. Enquanto a metrópole angariou riquezas que promoveram transformações profundas em suas bases materiais, a colônia foi sendo historicamente condicionada a um movimento exógeno de sua economia.

Observemos de forma mais atenta como Furtado ilustrou esse quadro em *Formação Econômica do Brasil*:

o que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve,

5 Celso Furtado (1985, p. 144) localizou o momento decisivo da industrialização brasileira no cenário da chamada Era Vargas, principalmente o período compreendido na década de 1950. Sobre isso, disse o autor, “o período compreendido entre 1950 e 1954, que incluiu os três anos do segundo Governo Vargas, será decisivo para dotar de bases sólidas a industrialização do Brasil, a qual estará plenamente consolidada dez anos depois, quando os militares se apossam do controle do Estado”.

no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiram pensar em pequenos engenhos, como fora o caso nas ilhas do Atlântico. Cabe deduzir, portanto, que os capitais foram importantes. Mas o que se importava, na etapa inicial, eram os equipamentos e a mão-de-obra [sic] europeia especializada. (FURTADO, 2003, p. 53)

E, mais adiante, o autor complementa,

a natureza puramente contábil do fluxo de renda, no setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamiento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamiento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição de produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que o nível da técnica já alcançado lhe permite. (FURTADO, 2003, p. 56)

Comparando ambos os trechos, podemos perceber que a colonização ibérica desencadeou formações irregulares de acumulação de capital a partir da relação entre as metrópoles e suas respectivas colônias. Como consequência, houve, a partir dessas diferenças, a formação de dois polos com papéis distintos, porém integrados e uma

mesma lógica produtiva: de um lado, a organização de uma metrópole como centro de acumulação e avanço tecnológico; do outro, as colônias como elementos periféricos destinadas a um baixo desenvolvimento técnico e um intenso processo de deterioração na produção de capitais⁶.

A organização da produção econômica, que a partir da expansão ultramarina europeia passou a se comportar como um grande mercado mundial, levou à composição de discrepâncias profundas mediadas pelas diferenças oriundas da acumulação inicial de recursos e do progresso técnico como consequência das transformações nas bases produtivas. Isso, pois tivemos um tipo de colonização marcada pela exploração de elementos naturais concentrada na exportação de gêneros primários, o que desencadeou a formação de uma colônia integrada à metrópole como um eixo secundário na formação de um capitalismo colonial que favoreceu o desenvolvimento ibérico e edificou a sua colônia com um alto grau de dependência exógena. Como lembrou Alanna Santos Pimenta (2013, p. 23), o economista brasileiro demonstrou na obra

que o processo de desenvolvimento nas economias europeias ocorre em um mesmo período em que as estruturas periféricas são predominantemente pré-capitalistas e desempenham um papel de

6 Em outra instigante passagem, Furtado (1968, p. 32) nos apresentou um ponto que serve de complemento a nossa argumentação: “o problema que se nos apresenta é o de identificar as consequências da implantação dessa forma de organização da produção no contexto de uma estrutura subdesenvolvida como a da economia brasileira. Em face de um grande excedente estrutural de mão-de-obra [sic], os salários tendem necessariamente a fixar-se a níveis relativamente baixos (relativamente à tecnologia utilizada, mesmo tidas em conta as possíveis deseconomias externas) e, mais importante ainda, podem permanecer a esse nível qualquer que seja o incremento da produtividade”.

sustentáculo do processo de acumulação de capital dos países centrais, há uma impossibilidade de que as modificações econômicas e sociais ocorridas nestes se produzem da mesma forma naquelas economias.

A diferença entre metrópole (centro) e colônia (periferia) – eixo da teoria do subdesenvolvimento de Furtado –, tinha como distinção o processo de acumulação de capital e os respectivos progressos tecnológicos responsáveis pelas transformações dos sistemas econômicos. Dessa forma, “as grandes dificuldades do desenvolvimento se encontrariam aos níveis mais baixos de produtividade, quando a simples sobrevivência absorve toda produção”, bem como a constituição de um condicionamento histórico em que o impulso de desenvolvimento se sustentou sempre por tecnologias absorvidas de fora para dentro (FURTADO, 1985, p. 150).

O subdesenvolvimento brasileiro foi explicado por Furtado a partir de um sistema organizado que tomou a colônia como fonte de matéria-prima, estimulando uma evolução histórica que nos condenou a um baixo grau de avanço técnico e nos colocou na condição periférica, que se iniciou com o capitalismo mercantil-comercial e se intensificou com o advento da Revolução Industrial no século XVIII.

A partir daqui, relacionamos a perspectiva de Bernardo Ricupero (2005) e de Roberto Pereira da Silva (2015) a fim de

estabelecer a seguinte síntese explicativa do pensamento furtadiano: a raiz do subdesenvolvimento brasileiro estava nas ínfimas taxas de capitalização associadas a um reduzido padrão de produtividade desencadeado pela ausência da evolução das técnicas produtivas. Como o sentido da colonização⁷ brasileira sempre esteve voltado para o exterior – que, como veremos, raciocínio semelhante estava presente em Darcy Ribeiro –, as metrópoles europeias se tornaram o centro da economia à medida que elas são as “que criam e exportam tecnologia”, bem como condicionam as periferias coloniais a “um processo de absorção dessa tecnologia” e dificultam o acesso dessas últimas às inovações técnicas (FURTADO, 1985, p. 78).

Assim, Furtado (1985, p. 79) identificou, então, uma propagação lenta e irregular do progresso técnico, de modo a serem essas transformações na tecnologia produtiva as responsáveis pelas modificações estruturais. Vejamos como o próprio autor apresentou seu argumento:

a propagação do progresso técnico provoca modificações estruturais nos países periféricos, como a redução do emprego nas atividades primárias. Quanto maior a proporção de população ativa nessas atividades (e essa proporção é muito grande nas economias periféricas), maior será a libertação de mão-de-obra [*sic*] provocada pela penetração do progresso técnico. (FURTADO, 1985, p. 78)

7 “Sentido da colonização” remete ao desenvolvimento das teses de Caio Prado Jr. e seus sistemáticos estudos sobre a formação do período colonial brasileiro. Como nos lembra Silva (2015, p. 298), “é bastante discutida, na bibliografia, a influência de Caio Prado Júnior sobre Celso Furtado, sobretudo nos livros *Economia Colonial no Brasil no século XVI e XVII* e *Formação econômica do Brasil*”. Portanto, retomamos a expressão pradiana pensando na relação entre os dois historiadores-economistas.

É na produção e na absorção do progresso técnico que podemos localizar a explicação furtadiana sobre o subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Sobretudo no mundo moderno, como indicado por Silva (2015, p. 43), a centralidade da tecnologia na economia gera uma simbiose entre o político e o econômico, bem como se torna responsável pelo desenvolvimento das relações sociais e das dinâmicas de sociabilidade.

Aquilo que se inicia com as navegações ultramarinas, com as potências peninsulares se desdobrou em uma ampliação da racionalidade de caráter instrumental por diversas partes do mundo. Como os empreendimentos açucareiros movidos pela escravidão destinavam suas riquezas para o exterior, a colonização estabeleceu uma economia incapaz de dinamizar-se e altamente vinculada ao setor externo (SILVA, 2015, p. 185). Por isso que, ao longo de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (2003, p. 73) conceitua a economia colonial de “escravocrata-exportadora”, demonstrando sua tendência em ser um eixo sempre alocado de fora para dentro. Naquilo que concerne o subdesenvolvimento, sua raiz pode ser encontrada no baixo grau de desenvolvimento tecnológico e na impossibilidade de avanço nas estruturas produtivas nas redes de sociabilidade.

Encontramos, em uma outra passagem, a reafirmação do argumento furtadiano:

o primeiro desses fatores é o progresso tecnológico, o qual permite aumentar a produtividade física dos fatores utilizados. O segundo traduz uma modificação estrutural decorrente de transformações no perfil da demanda. Exemplo da ação do primeiro fator é o avanço da produtividade industrial resultante da simples substituição dos equipamentos amortizados por outros mais eficazes, isto é, capazes de poupar matérias-primas ou mão-de-obra [*sic*] por unidade de produtos. (FURTADO, 1968, p. 20-21)

Além do elemento tecnológico, podemos perceber que o mecanismo explicativo de Furtado recorre a uma dialética⁸ entre técnicas produtivas e estruturas. Ou seja, uma estava diametralmente vinculada à outra em uma dinâmica de autodeterminação.

Isso levou o economista brasileiro perceber que as transformações produtivas nos países subdesenvolvidos estavam inscritas em uma perspectiva reflexa, condicionada pela exportação tecnológica dos polos centrais (FURTADO, 1968, p. 245). Esses fenômenos, que haviam se iniciado nos idos da colonização, se intensificaram ainda mais com o advento da Revolução Industrial e com as modificações na lógica capitalista por ela desencadeada.

Como veremos mais adiante, isso pressupõe, sobretudo, a existência de uma racionalidade já presente no século XVI,

8 O conceito de “dialético” nos remete à profunda influência que Marx e sua obra *O Capital* exerceram em Celso Furtado nos anos de seu doutoramento em Paris. Isso é destacado por Ricupero (2005) e Silva (2015), que identificaram, de forma detalhada, as matrizes intelectuais de Furtado, indo do marxismo, passando pelo positivismo e pela Sociologia norte-americana.

que fazia da natureza um campo de fornecimento para o progresso material, e esse é o ponto inicial de uma acumulação primitiva que desaguou na produção industrial. Antes disso, apresentaremos o diagnóstico de Darcy Ribeiro sobre o subdesenvolvimento.

3. A América Latina e o subdesenvolvimento no pensamento de Darcy Ribeiro

Para compreender a formação da América Latina e encontrar as raízes de nosso atraso, Darcy Ribeiro tomou como mote o evolucionismo sociocultural e formulou um quadro conceitual, tomando-nos como referência histórica e como ponto de partida de nossas formulações. Ressaltamos: a matriz evolucionista de Darcy Ribeiro foi baseada em um processo de reelaboração teórica que buscou combater o eurocentrismo presente nas formulações de alguns intelectuais no século XIX.

A pretensão do autor era constituir uma teoria explicativa de largo alcance que conseguisse descrever as principais etapas evolutivas que cada grupo societário percorreu até o estágio atual, mas que combustasse a perspectiva unilinear que tomava como modelo o desenvolvimento histórico europeu. Ao fazê-lo, tentou se distanciar de uma perspectiva enclausurada em um referencial abstrato e idealizado pelos europeus, como Spencer e Taylor. Dessa forma, seria possível questionar um determinado padrão civilizatório que tornava uma impossibilidade pensar a América Latina como uma formação histórico-cultural efetivamente moderna.

Para isso, adotou uma perspectiva ampla e “não-cêntrica”,

isso porque nos deram uma perspectiva não-cêntrica de análise das causas da desigualdade de desenvolvimento, e também porque forneceram uma extraordinária base factual. Aquela perspectiva nos permitiu criticar o eurocentrismo das teorias correntes sobre a evolução cultural; essa base factual representada pela copiosa bibliografia americanista de fontes primárias e por nossa própria experiência no estudo antropológico de sociedades tribais e nacionais –, proporcionando-nos um conhecimento acurado de sociedades que exemplificam quase todas as etapas da evolução e quase todas as situações de conjunção de povos, nos permitiu reexaminar a teoria evolucionista com maior amplitude de visão. (RIBEIRO, 2000, p. III)

Levantando fontes bibliográficas das mais diversas, Darcy Ribeiro constatou o seguinte aspecto: o processo de evolução sociocultural estava condicionado ao acúmulo tecnológico feito pelas formas societárias ao longo de seu processo histórico. Isso é por ele formulado “com base nas contribuições mais recentes da arqueologia, da etnologia e da história, que permita situar qualquer sociedade, extinta ou atual, dentro do continuum do desenvolvimento sociocultural” (MATTOS, 2007, p. 220), de modo a identificar, nas intensas transformações dos recursos técnicos, o motor evolutivo das formas civilizacionais. Se assim o for, a diferença evolutiva entre distintos grupos sociais estava

no processo por ele intitulado de Revolução Tecnológica:

empregamos o conceito de Revolução Tecnológica para indicar que certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem a alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades, que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do continuum da evolução sociocultural. Dentro dessa concepção, supomos que o desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou a propagação de seus efeitos sobre contextos socioculturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder à emergência de novas formações socioculturais. (RIBEIRO, 2000, p. 20)

Eram as alterações qualitativas das ferramentas e dos instrumentos técnicos que mudavam o modo de ser de cada formação social. Partindo desse princípio, Darcy Ribeiro⁹ pensou o desenvolvimento evolutivo humano a partir de uma abertura que permitia a coexistência de sociedades em fases distintas. O que determinava, então, a distinção entre as formas sociais eram suas respectivas capacidades de acúmulo tecnológico que se davam por duas formas: aceleração evolutiva e atualização histórica.

No caso da primeira, tínhamos um processo de incorporação tecnológica desenca-

deada por fatores internos e endógenos; já na segunda, uma transformação de caráter técnico a partir de elementos externos e exógenos, e cada processo desencadeava um tipo de formação sociocultural que determinava um padrão organizativo no curso histórico. Se por

aceleração evolutiva, designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reforma suas instituições sociais no sentido de transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. (RIBEIRO, 2000, p. 27)

No caso da atualização histórica, tínhamos os “procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica” (RIBEIRO, 2000, p. 27).

Eis o ponto central: o processo de evolução sociocultural não poderia ser compreendido como um movimento unilinear, pois as revoluções tecnológicas¹⁰ se dão de distintas formas em distintas épocas, não se restringindo apenas a um único centro. Dessa forma, no mesmo plano histórico poderiam coexistir formas sociais em diferentes graus evolutivos. Se a possibilidade de existência sincrônica de sociedades em graus evolutivos distintos estava aberta, o ponto central estava

9 As informações biográficas de Darcy Ribeiro foram retiradas de sua obra *Confissões*, de 2002.

10 Destacamos, também, que em *O Processo Civilizatório* (RIBEIRO, 2000, p. 36), o autor compôs um esquema classificatório das diversas revoluções tecnológicas que ele havia identificado ao longo do curso histórico. Para os propósitos deste ensaio, chamamos a atenção para a Revolução Mercantil e a formação dos Impérios Salvacionistas, isso em decorrência do tal processo que se referia, no caso europeu, às potências ibéricas.

na interação entre elas. Para isso, retomamos o argumento de André Lopes Mattos:

do plano analítico, Darcy ressalta a ênfase na análise sincrônica que, a despeito de considerar a existência de uma progressão histórica, não permite a esses estudos explicar a natureza de tais progressões e tampouco a causa da transposição do arcaico ao moderno. Isto, porque, para tanto, a sociologia acadêmica prescindiria de um esquema explicado de alto alcance de uma teoria geral da evolução das sociedades humanas, jamais formuladas explicitamente. (MATTOS, 2007, p. 224)

As interações sociais se davam de forma dialética. De um lado, as formas intituladas por Darcy Ribeiro de “arcaicas” se referiam aos grupos que estavam em situação inferior em acúmulo tecnológico, do outro, sociedades “avançadas” que tinham, de forma pioneira, realizado saltos tecnológicos, e que por isso conseguiram expandir seus territórios e conquistar novas regiões. Adiantamos um argumento que mais adiante retornará: a América Latina foi fruto do encontro entre um polo arcaico, representado pelas etnias indígenas, e por um polo avançado, representado pelas potências ibéricas.

Todavia, se nos atentarmos bem à argumentação de Darcy Ribeiro, podemos

perceber que, para além do evolucionismo sociocultural, houve em suas letras uma forte interpelação do marxismo. Primeiro, não podemos nos esquecer dos anos em que o autor participou ativamente do Partido Comunista Brasileiro, se dedicando a uma densa bibliografia marxista e à convivência de nomes, àquela altura já notabilizados, de uma intelectualidade à esquerda, como, por exemplo, Caio Prado Júnior¹¹. Sobretudo, o contato com uma nova bibliografia fornecida pelo PCB levou Darcy Ribeiro a retomar de uma obra que lera em 1942, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels.

Friedrich Engels publicou em 1884 uma reelaboração do esquema de Morgan, à luz da concepção marxista das formações econômico-sociais, definidas como tipos históricos de sociedades caracterizadas pela combinação de um modo de produção (tecnologia + divisão do trabalho) com uma forma determinada de organização social e com um corpo particular de concepções ideológicas. (RIBEIRO, 2000, p. 3)

Ao reelaborar o esquema evolucionista de Morgan, Engels forneceu a Darcy Ribeiro uma chave de leitura que, mediada por obras diretas do próprio Marx¹², tornaram possíveis que “dentro de um mesmo processo civilizatório” nem todas as formas sociais “percorreriam, necessariamente, as mesmas

11 Em sua dissertação de mestrado, Demetrius Ávila (2019, p. 27) nos chamou à atenção a relação entre Darcy Ribeiro e Caio Prado Jr.: “mais tarde, com a redemocratização do país repercutindo na legalização do partido, Ribeiro vem trabalhar na campanha de Caio Prado Júnior a deputado estadual”. Além disso, na mesma página, Ávila ressaltou que “o contato com intelectuais ligados ao PCB, como Caio Prado, fez desenvolver um ‘marxismo larvar’ no estudante de ciências sociais [...]” (grifos do autor).

12 Das obras de Marx lidas por Darcy Ribeiro, Ávila (2019, p. 51-52) destacou sobre os Grundrisse, que “tiveram por efeito em Ribeiro desabsolutizar o pressuposto da unilinearidade da evolução das sociedades, emprestado de Morgan e Engels”.

etapas para chegar à sua forma presente” (ÁVILA, 2019, p. 52). Mais do que isso, as novas formações socioculturais são produtos do contato dialético entre formas sociais pré-teritas e em graus evolutivos distintos. Darcy Ribeiro tentou demonstrar que:

[...] o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar; de que certos avanços nessa linha progressiva correspondem mudanças qualitativas de caráter radical que permitem distingui-las como etapas ou fase da evolução sociocultural; de que essas etapas de progresso tecnológico correspondem alterações necessárias, e por isso mesmo uniforme, nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura, que designamos como formações socioculturais. (RIBEIRO, 2000, p. 11)

As alterações tecnológicas que imputavam mudanças de caráter qualitativo nas formações socioculturais se davam de diferentes maneiras no desenrolar do processo histórico. Exatamente por isso, Darcy Ribeiro formulou os conceitos de aceleração evolutiva e atualização histórica: ambos serviam como ferramentas analíticas para a compreensão das sucessivas revoluções tecnológicas e seus desdobramentos, a partir de suas respectivas particularidades. Portanto, o processo de evolução sociocultural não deveria ser compreendido como uma

sucessão de etapas e fases sobrepostas, mas como um conjunto de transformações que se davam a partir do contato entre formas sociais mais avançadas – aquelas que haviam pioneiramente adquirido novas ferramentas técnicas –, e as atrasadas, – sendo essas as formações que haviam tardado na absorção dos novos inventos tecnológicos.

O esforço analítico do autor consistiu em “correlacionar as revoluções tecnológicas com as formações socioculturais”, tomando os avanços técnicos a partir de sua propagação “sobre os diversos contextos socioculturais e sua aplicação a diferentes setores produtivos” (RIBEIRO, 2000, p. 21). Justamente aqui, Darcy Ribeiro encontra a explicação histórica para a formação da América Latina. A partir do século XV, o contato dos ibéricos com o continente americano desencadeou um processo de atualização histórica, pois colocou em contato duas formações socioculturais distanciadas no panorama evolutivo.

Com isso, podemos localizar a explicação darcyniana sobre o subdesenvolvimento latino-americano e nossa dinâmica formativa ao largo da colonização. No próximo tópico, estabeleceremos uma breve comparação entre ambos os autores para, então, concluir este ensaio.

4. Um breve esboço comparativo a partir do progresso tecnológico

Após as apresentações das sínteses explicativas de nossos autores, desejamos estabelecer dois pontos de comparação para encerramos este ensaio. Primeiramente,

podemos notar que, para ambos, o problema do desenvolvimento econômico brasileiro estava centrado no elemento tecnológico. Isso, pois o avanço nas técnicas produtivas era, por excelência, o elemento definidor das sucessivas transformações nas bases produtivas. Se o ponto central era o progresso tecnológico, cabia a ambos estabelecer uma narrativa que retomasse elementos de nosso passado colonial e nos integrasse ao processo de expansão marítima europeia¹³.

Recorrendo ao que foi posto por Rubem Murilo Rêgo (1998, p. 84), temos em *Formação Econômica do Brasil* e em *O Povo Brasileiro* uma análise abrangente do período colonial, bem como uma densa análise da “forma paradoxal e contraditória” de como a acumulação de capital foi determinante para desenvolver “condicionantes estruturais que se expressam na conformação de uma industrialização desarticulada, inorgânica, dispersa e marcada pela convivência com um débil e seletivo mercado interno” (RÊGO, 1998, p. 84).

Vejamos como isso se expressou, respectivamente, em Furtado e Ribeiro:

na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da pressão esmagadora que vinha do exterior, não guardavam nenhuma semelhança com as ações e reações que se processavam nas economias industrializadas nos períodos de

depressão e recuperação que sucediam a crise. (FURTADO, 2003, p. 173-174)

Não se trata, como se vê, de um desdobramento autônomo, produzido a partir da etapa evolutiva em que viviam os indígenas (revolução agrícola) e do tipo de formação com que se estruturavam (aldeias agrícolas indiferenciadas, isto é, não estratificadas em classe). Trata-se, isto sim, da ruptura e transfiguração destas, por via da atualização histórica promovida por uma mercantil-salvacionista portuguesa. (RIBEIRO, 2015, p. 204)

O passado colonial condicionou o presente brasileiro a partir de uma perspectiva causal que barrou nosso desenvolvimento autônomo e nos impediu de galgar os degraus necessários para um pleno desenvolvimento industrial capitalista. É curioso perceber que, para ambos, o passado colonial comprometeu o acúmulo de capital necessário para que o progresso técnico pudesse dinamizar as dinâmicas produtivas e as relações sociais de produção. Nota-se que ao recorrerem ao passado colonial brasileiro, a expansão marítima portuguesa cumpre um papel definidor nas relações causais de nosso processo histórico, na medida em que ela se tornou a trava de um processo interno de apropriação de riquezas e condicionou um desenvolvimento histórico marcado pela assimetria.

Destarte, ambos os autores promoveram reflexões associadas ao processo de modernização brasileira que se desenrolou ao

longo do século XX. De fato, a modernidade brasileira foi marcada, nas letras de Furtado e Ribeiro, por um processo reflexivo e parcial, o que permitiu a mescla de elementos arcaicos, associados ao nosso passado colonial, e modernos, associados ao desenvolvimento capitalista. A modernização brasileira fez da nação uma mescla de elementos arcaicos e modernos, criando uma forma social antes nunca vista.

Todas as discrepâncias e as contradições latino-americanas foram explicadas por sua formação histórica em que, ao cumprir o papel de provedora de riquezas e de mão de obra, se tornou uma feitoria lucrativa, que sustentava o capitalismo mercantil e as pretensões colonizadoras. Fruto disso foi a criação de uma América moderna, com suas peculiaridades estruturais.

Para Darcy Ribeiro e Celso Furtado, a modernidade latino-americana deveria ser pensada em seus próprios termos, formulando concepções teóricas que permitissem uma intervenção prática na realidade do século XX, o que nos leva a um segundo ponto de comparação: o economista e o antropólogo, cada qual a seu modo, pressupunham a necessidade de interferência prática na realidade que se apresentava, pois de nada adiantava o diagnóstico de nossos dilemas pretéritos e das causas do subdesenvolvimento se não houvesse a possibilidade de interferência prática na realidade.

Nessa esteira argumentativa, podemos perceber que Furtado e Ribeiro articularam suas sínteses explicativas com base naquilo que Sérgio Tavolaro (2017) chamou de retratos hegemônicos da modernidade.

Isso possibilitaria uma crítica a contrapelo de nossos autores, na medida em que *Formação Econômica do Brasil* e *O Povo Brasileiro* se fundamentaram no padrão de modernização europeia posto pelo cânone sociológico. Mesmo que, por vez ou outra, o economista e o antropólogo tenham conseguido se esquivar de determinados motes do eurocentrismo e de visões unilineares da história, podemos encontrar elementos que se referem a uma experiência social deslocada no tempo e no espaço.

Por mais originais que tenham sido suas elaborações, ainda persistem ares de um descompasso frente a uma dinâmica interpretativa modelar dos processos de diferenciação social, secularização e na delimitação entre natureza e cultura que marcaram as narrativas sociológicas acerca da inserção social na época moderna.

Contudo, uma importante observação deve ser feita. Apesar de nosso ensaio focar a parte do progresso tecnológico em perspectiva comparada, tanto Celso Furtado quanto Darcy Ribeiro construíram seus próprios edifícios teóricos a partir da interlocução com diversas correntes de pensamento. Isso significa dizer que, no caso do primeiro autor, houve um afastamento de certas amarras de seu tempo impostas pelo marxismo, o que, ao fim e ao cabo, garantiu um distanciamento de uma linguagem puramente economicista. Já no caso do segundo, sua abordagem evolucionista caminhou para uma perspectiva histórica marcada por uma visão sobre as potencialidades multicêntricas dos países subdesenvolvidos ao longo de seu processo histórico.

Outro ponto em comum que podemos elencar é que ambos buscaram se distanciar de visões unilineares que marcaram época e que, portanto, demonstram a riqueza do pensamento dos autores e como suas abordagens foram muito mais complexas do que por vezes consideramos.

Referências:

ÁVILA, D. Darcy Ribeiro: **O Povo Brasileiro como última grande narrativa sobre o Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). Rio Grande do Sul, PUCRS, 2019.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. Formação Econômica do Brasil, Cinquenta Anos Depois. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 50, p. 145-162, 2010.

BORJA, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese (Doutorado em Economia Política). Rio de Janeiro, Instituto de Economia (UFRJ), 2013.

FURTADO, C. **A Fantasia Organizada**. São Paulo: Editora PAZ&TERRA, 1985.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MATTOS, A.L.L.B. **Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP, 2007.

PIMENTA, A. **Celso Furtado e sua compreensão do subdesenvolvimento: uma análise da evolução de seu pensamento**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Uberlândia, UFU, 2013.

REGO, R. Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil. **Revista USP**, (38), 78-87, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2015.

_____. **O Processo Civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, Publifolha, 2000.

RICUPERO, B. **Celso Furtado e o pensamento social brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 53, p. 371-377, 2005.

SILVA, R. **Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959): uma interpretação historiográfica**. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo, USP, 2015.

TAVOLARO, S. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 17(3), 115- 141, 2017.